



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA NORTE DE MINAS
Ata da 171ª reunião, realizada em 6 de junho de 2025

1 Em 6 de junho de 2025, reuniu-se extraordinariamente a Unidade Regional Colegiada Norte de Minas (URC NM)
2 do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
4 membros titulares e suplentes: o presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD;
5 Representantes do poder público: Matheus Felipe Freire, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
6 Abastecimento (Seapa); Vivian Marjorie Braga Bandeira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
7 (Sede); Aldrin Jones Reis Souza, do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene);
8 Leandro Marques de Souza Tavares, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Fernanda Sales Saab, do Conselho
9 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Guilherme Roedel Fernandez Silva, do Ministério
10 Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); Diogo Fabiano Ferreira, da Prefeitura de Montes Claros;
11 Representantes da sociedade civil: Laila Tupinambá Mota, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
12 (Fiemg); Henrique Damásio Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
13 Hilda Andrea Loschi, do Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros; Ediene Luiz Alves, da Associação dos
14 Produtores de Soja, Milho, Sorgo e Outros Grãos Agrícolas do Estado de Minas Gerais (Aprosoja MG); Daniela
15 Alves Viali, da Associação Ambiental Sustenta Minas; Ricardo Gomes Silva, da Associação Ambiental e Cultural
16 Zeladoria do Planeta; José Jhones Matuda, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional
17 de Minas Gerais (Senar/MG). Assuntos em pauta. 1) ABERTURA. Verificado o quórum regimental, o presidente
18 suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 171ª reunião da Unidade Regional Colegiada Norte de
19 Minas. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO**
20 **DOS CONSELHEIROS.** Não houve comunicados. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve
21 comunicados. **5) EXAME DA ATA DA 170ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 170ª reunião da Unidade
22 Regional Colegiada Norte de Minas, realizada em 8 de abril de 2024. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Idene, PMMG,
23 Crea, MPMG, Prefeitura de Montes Claros, Fiemg, Faemg, Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros,
24 Aprosoja, Sustenta Minas, Zeladoria do Planeta e Senar. **6) PROGRAMA ESTADUAL DE CONVERSÃO DE MULTAS**
25 **AMBIENTAIS - PECMA. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**
26 **(SEMAD).** Laura Barbosa Leão Bonfim, da Unidade Regional de Fiscalização Norte de Minas (URFis NM), fez
27 apresentação do Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais (Pecma). Em seguida, foram registradas
28 as seguintes considerações. Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Presidente, obrigado pela
29 oportunidade. Conforme Regimento, eu gostaria que a minha fala ficasse registrada em ata. E eu peço a licença a
30 todos, desejo uma boa tarde. Eu vou me alongar um pouquinho devido à importância e à gravidade de algumas
31 situações que têm ocorrido em relação ao Pecma. Mas eu vou começar. Primeiramente, represento a Federação
32 da Agricultura nesta Unidade Regional Colegiada Norte de Minas, uma importante unidade regional, onde a
33 produção agrícola acontece no Semiárido Mineiro diante de tantas mazelas às quais a região Norte de Minas foi
34 relegada em relação ao desenvolvimento do nosso Estado. Outras áreas do nosso Estado se desenvolvem, e a
35 região Norte, a alavancagem realmente é muito difícil. O segundo ponto aqui é elogiar o trabalho de todas as
36 gerentes das Unidades Regionais de Fiscalização, por meio das Cainfs, seja aqui em nome da Laura, que
37 apresentou, e de todas as Regionais. Vocês não têm medido esforço para atender às dúvidas, tirar qualquer tipo
38 de esclarecimentos em relação à adesão ao Pecma. Então para deixar isso claro. Porém, está ocorrendo uma
39 situação gravíssima. O que acontece? O autuado faz o pedido por meio de um sistema, o portal Ecosystemas, e
40 quando vocês firmam o termo de compromisso, Termo Administrativo de Composição, o status não se altera
41 dentro do sistema. E aí tem gerado, para quem fez a adesão, o inadimplemento do Pecma em virtude de que o
42 boleto é enviado por e-mail, pode cair numa caixa de spam, pode ser enviado pelo consultor que fez adesão; e o
43 autuado, ao consultar o sistema, o sistema apresenta como pendente, não tem o status como ‘boletos enviados’,
44 tem um status ‘concluído’. Eu tenho acesso ao sistema, assim como todos vocês conselheiros. Por exemplo, aqui

45 referente à URFis Norte de Minas, a maioria está com status pendente, mas esses boletos já estão sendo enviados
 46 para os autuados. Então eu gostaria que esses prazos fossem suspensos. Então, eu, como representante do
 47 Sistema Senar, peço que esses prazos, o prazo de 20 dias, fossem suspensos, que esses termos de compromisso
 48 fossem todos publicizados no 'Diário Oficial', para que os autuados não percam o prazo. Isso está ocorrendo.
 49 Ontem ocorreu uma situação muito ruim aqui, infelizmente, com um presidente de um sindicato rural. Ele perdeu
 50 o prazo porque estava acompanhando pelo sistema, o consultor, caiu na caixa de spam. Estamos vivendo um
 51 momento crucial aqui, nós estamos há um mês da finalização do Pecma para os processos que estão em
 52 tramitação. Nós não tivemos nem 3.000 adesões. E aí fica essa situação. Existe um sistema que não apresenta a
 53 realidade, o autuado não está sabendo que o processo dele está sendo deferido. Então eu peço que vocês levem
 54 essa informação para o coronel Alexandre. Nós já levamos isso ontem, mas que reforcem. Acho que é o Gustavo
 55 Endrigo que está cobrindo um recesso ou uma folga do coronel Alexandre. Nós já estamos alertando a secretária
 56 Marília, porque isso vai ensejar 50% do valor total da multa. Nós temos incentivado os nossos autuados a
 57 buscarem o Pecma, e agora eles vão ter a surpresa que a sua multa vai ser majorada por um erro de sistema?
 58 Ontem a gente quase passou mal aqui de infarto quando descobriu essa questão. O parcelamento, a gente não
 59 sabia desse procedimento, essas informações não são faladas durante as reuniões que vocês estão publicizando
 60 dessas informações. Então eu considero esse assunto gravíssimo e de extrema importância uma tomada de
 61 atitude: ou suspendam os prazos ou publiquem esses termos firmados em 'Diário Oficial'. Porque os autuados
 62 não estão sabendo que os boletos estão sendo enviados. Hoje nós publicamos um vídeo aqui para divulgar para
 63 todos os produtores, estamos divulgando os alertas. Mas a situação é: produtor, fique atento, porque o status do
 64 sistema não representa a realidade, e o órgão ambiental está considerando que, se passar do prazo do vencimento
 65 do boleto, a multa vai ser majorada, além da multa total, em mais 50%. Então é uma situação que eu acredito que
 66 o Estado não tinha essa previsão, mas é uma situação que está posta. E ontem eu conversei com uma das
 67 responsáveis na Unidade Regional de Fiscalização Sul de Minas, e ela falou que isso está ocorrendo muito. E eu
 68 acredito que isso deve estar ocorrendo em todas as Regionais. Então eu peço que vocês levem isso o mais rápido
 69 possível, para a gente tomar uma decisão, porque o autuado – o decreto é claro, §5º do artigo 9º do decreto –
 70 não sabe quando o termo foi firmado. E aí ele vai ser considerado inadimplente? É uma situação gravíssima que
 71 tem ocorrido, e o Pecma, com a adesão baixíssima, de 3.000, e os que aderiram ainda vão ter uma surpresa que
 72 a multa ainda vai ser majorada? Eu acho que isso a gente tem que conversar muito porque sinceramente, eu
 73 particularmente, praticamente, nem dormi ontem à noite. Nessas consequências, como que eu vou falar aqui com
 74 a turma? 'Olha, turma, se vocês perderam o prazo do boleto, o órgão ambiental, inclusive, já está enviando para
 75 a AGE para execução de dívida ativa, o órgão ambiental foi taxativo aqui em relação a isso'. Muito obrigado. Eu
 76 gostaria que a minha manifestação ficasse registrada na íntegra. Não sei a opinião dos demais aqui que estão
 77 participando, a sua opinião, Yuri. Mas é uma situação tensa, nós estamos vivendo um conflito na região Norte de
 78 Minas e agora com mais esse agravante. Uma possibilidade de atenuante, uma redução que, na verdade, esse
 79 programa não é uma conversão de multas, é uma simples redução dos valores? Porque se é o valor consolidado...
 80 E a gente está com essa situação que foge ao autuado. O sistema está aqui 'pendente, pendente, pendente,
 81 deletada, pendente, pendente, pendente, pendente'. E os boletos sendo enviados. Um sistema oficial. Então o
 82 que está valendo? O sistema está falando que está pendente, o autuado está esperando que o órgão responda,
 83 mas o órgão já respondeu, já está enviando um e-mail com os boletos; ele nem está sabendo. Enfim, é essa a
 84 situação que está posta do Pecma e é uma situação assim: a um mês de finalizar o prazo, e nós estamos com essa
 85 situação que eu acho de extrema complexidade, porque envolve questões administrativas, cíveis e criminais.
 86 Então o Estado ou suspende esses prazos, porque o Estado não pode cancelar, considerar inadimplente, de
 87 forma alguma, em relação a isso, porque o próprio sistema está dando como pendente. Como é que está pendente
 88 se ele já foi firmado? Então o procedimento não ficou redondo, ficou com algum equívoco ou uma falha. E aí é
 89 uma situação que realmente tem nos preocupado bastante. A Faemg é parceira do órgão. Algumas outras
 90 entidades – eu respeito as entidades, já trabalhei em outras entidades – nem estão fazendo essa divulgação do
 91 Pecma, por outros motivos. Mas a Faemg comprou o programa junto com o governo, e agora nós estamos com
 92 esse abacaxi na mão. Como que eu vou avisar para as pessoas que eu incentivei a aderir ao Pecma que a multa
 93 deles vai ser majorada? Além de ser na íntegra, mais 50%. Esse é o questionamento que eu faço. A gente quer ser
 94 parceiro do Estado, mas agora a gente está com esse abacaxi. O mínimo que a gente espera é que nenhum termo
 95 de adesão seja considerado descumprido até que essa situação seja revertida. Então vocês me desculpem alongar,
 96 mas a situação é gravíssima. Muito obrigado." Após as considerações registradas pelo conselheiro representante

da Faemg, a apresentação do Pecma foi complementada por Carlos Silveira, da SEMAD, que detalhou a forma de execução dos recursos arrecadados pelo programa. Em seguida, Laura Barbosa Leão Bonfim, da URFis NM, se manifestou acerca das solicitações da Faemg e do MPMG: “Somente para esclarecer a respeito do questionamento do Henrique, eu vejo muita legitimidade nisso, até porque o autuado não pode ser prejudicado por uma falha do sistema, que realmente não tem essa atualização do ‘pendente’ para ‘enviando o DAE para quitação’. Mas isso eu acredito que é uma falha do sistema, que deva ser melhorado, e nós vamos comunicar ao pessoal de Belo Horizonte. De qualquer forma, aquilo que nos cabe, nós buscamos deixar claro para o autuado para ele verificar o e-mail, a caixa de spam, o lixo eletrônico, para que, caso venha receber esse DAE, ele não perca isso. Outra providência que temos tomado também para evitar essa situação é esperar um pouco mais. Então não encaminhamos à AGE assim que o DAE vence, nós esperamos um pouco para ver se o autuado entra em contato. Até porque, uma vez que a pessoa demonstra o interesse pela adesão ao Pecma, nós entendemos que ela também buscará esse retorno por parte da SEMAD. Então muitas vezes o autuado entra em contato para saber qual foi o fim da sua solicitação. Em relação à solicitação do Dr. Guilherme para demonstrarmos essa adesão, eu não consigo fazer isso aqui agora porque é necessário ter um cadastro no Cadu e um número de auto de infração existente. Mas de qualquer forma essa questão de adesão não é uma dúvida recorrente, e quando existe essa dúvida entre os autuados muitas vezes eles entram em contato por telefone, e-mail ou até mesmo de forma presencial, e nós fazemos questão de explicar esse passo a passo. De qualquer forma, o site é bem esclarecedor em relação a isso.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Laura. O ideal seria igual o Henrique está falando, ‘pendente’, ‘DAE encaminhado’, a informação, porque aí o empreendedor teria como saber, ter outras formas de ciência de que o DAE foi enviado. Somente informação sem um acréscimo naquilo que era anterior à adesão realmente pode provocar essa confusão.”

Conselheira Hilda Andrea Loschi/Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros: “Com relação a esse tema ainda, eu pergunto para a Laura. Ela já informou que eles têm aguardado um pouco mais de prazo antes de encaminhar para outras instâncias. Mas não teria como fazer uma busca ativa dessa pessoa? Já que manifestou interesse, o DAE foi emitido, a pessoa não pagou às vezes até por essa falha de sistema. Então, enquanto isso não é resolvido, não poderíamos ter essa busca ativa dessa pessoa que ainda está em débito?”

Conselheiro Guilherme Roedel Fernandez Silva/MPMG: “Ainda sobre essa questão da cientificação do interessado em fazer a adesão. Pelo que me parece, pelo menos em outros sistemas, sejam de multa de trânsito, enfim, a adesão é praticamente automática, e o boleto ou aparece na hora ou há uma informação já com relação à data de vencimento etc. Então pelo que me parece, pelo que foi dito pelo Henrique, simplesmente é feito um cadastro, faz a adesão, mas fica a informação de que vai ser feita uma análise e quando for autorizado iria ser encaminhado um boleto. Aí caberia ao interessado fazer o acompanhamento. Talvez fosse isso. É a ideia que eu tenho. Então não é como esses outros sistemas em que você, ao fazer o cadastro e informar, automaticamente, já sabe que você foi beneficiado com o desconto, enfim. Aí por isso que eu queria entender melhor o funcionamento do sistema. Mas, já que não é possível na presente reunião, se possível, para a próxima reunião fazer essa apresentação, eu agradeço. Até para compreender melhor a necessidade de suspensão dos prazos, e o Ministério Público, inclusive, poder opinar com mais certeza a respeito desse requerimento.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só um questionamento também da minha parte, Laura. Depois que o empreendedor solicita adesão ao Pecma, há outra forma de cientificação ou somente esse envio do boleto por e-mail?”

Laura Barbosa Leão Bonfim/URFis NM: “Em relação à dúvida da Hilda, ela perguntou se teria como ter esse contato direto com o autuado. No caso, só tem um e-mail para comunicação. Assim que a gente percebe o não pagamento do DAE, mandamos novo e-mail com o novo DAE. Então aqui no Norte de Minas estamos tendo esse cuidado. Eu não posso dizer como está sendo feito nas outras Regionais. O Dr. Guilherme perguntou, no momento em que a pessoa adere no sistema, quando vai ter esse retorno. Quando a pessoa preenche os termos no sistema e assina o TCA, existe um tempo para que, aqui na Cainf, a gente analise o pedido e veja se ele tem direito ou não. Até porque, por exemplo, aquelas pessoas que já têm a penalidade definitiva não têm direito de aderir ao Pecma. Então ela vai conseguir fazer a solicitação, vai falar que ela fez e que está pendente de análise. Ao chegar para nós, iremos ver que está com a penalidade definitiva, comunicamos a impossibilidade do Pecma por e-mail. Então numa futura atualização do sistema vai estar o pedido como cancelado, porque nós cancelamos, e isso é informado no sistema também quando ele pesquisar. Mas de qualquer forma comunicamos por e-mail. Mas tem um lapso temporal desde a solicitação até a comunicação direta com o autuado, que devido à grande demanda do Pecma é em torno de um mês. Além disso, muitos processos ainda estão com a PM. Então tem esse lapso de o processo chegar até aqui e podermos fazer toda a conferência. Então tem esse tempo de análise em torno de

149 um mês e o tempo para a pessoa poder pagar o DAE, que é de mais 20 dias.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
150 Trovão: “Em relação à cientificação, a única cientificação que é feita, quando deferido o pedido, é enviando o
151 boleto via e-mail ou há outra forma?” Laura Barbosa Leão Bonfim/URFis NM: “Enviando o boleto via e-mail. Isso
152 que nos foi passado para fazer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Aí realmente se a pessoa às vezes fica
153 aguardando, caiu no spam, ela vê o status sem alterar, e não sendo automático – porque isso demanda um tempo
154 de análise, tanto dos requisitos que o Pecma exige, não dá para ser automático –, o empreendedor fica nessa
155 situação.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Só para ficar claro, quando fazemos a manifestação
156 aqui, vocês servidores fazem um trabalho imprescindível. Mas do lado de cá do balcão, eu representando os
157 produtores, a gente espera que vocês sejam sensíveis. Eu já estou aqui minutando um ofício para pedir algumas
158 providências para a secretária de Estado de Meio Ambiente, o próprio subsecretário de Fiscalização, coronel
159 Alexandre. É importante que vocês entendam, os sistemas se modernizam, e por exemplo agora o auto de
160 infração – e é importante a participação do Ministério Público aqui na reunião neste Colegiado – não é mais
161 entregue ao autuado. Ele recebe um link de e-mail, tem que acessar, tem que ter o cadastro único no Cadu do
162 portal Ecosystemas, acessar o sistema Gaia e baixar o auto de infração. Eu estive em São Francisco, na beira do
163 rio São Francisco. Vocês me desculpem, uma pessoa que está com imóvel rural em São Francisco nem sabe o que
164 é portar Ecosystemas quanto menos Cadu. Daqui a duas semanas, estarei indo a Salinas. Idem. Então nós estamos
165 vivendo um momento, os avanços tecnológicos são importantes, nós não somos contrários à fiscalização, a
166 fiscalização é importante para realmente punir os delitos ambientais. Mas a forma da fiscalização. E aí surge o
167 Pecma, e nós ficamos nessa bola complexa. Eu tentei auxiliar um produtor a fazer o Pecma, eu gastei três dias.
168 Sou bacharel em direito, tenho formação técnica agrícola e sou geógrafo. Eu gastei três dias nos meandros do
169 portal Ecosystemas para fazer um cadastro ao Pecma. Quanto mais um produtor rural que está a 1.000, 1.200 km
170 de Belo Horizonte. É essa a sensibilidade que nós esperamos do órgão ambiental, é essa sensibilidade, Laura, que
171 esperamos que vocês não encaminhem para a dívida ativa quando o boleto não for pago. É a transparência, é a
172 informação, não chega na ponta. A realidade é completamente diferente. Então nós estamos vivendo um
173 momento complicado. Esse auto de infração online, que depois da fiscalização é que chega o auto de infração,
174 através do Gaia. E a notificação, quando que vale, a partir de quando? Começa a entrar nos meandros jurídicos.
175 O produtor, o autuado, tem que acessar o sistema Gaia para baixar um auto de infração? Respeitosamente, ele
176 não tem condições de fazer isso, ele nem está sabendo que está sendo autuado. Isso não fere princípios
177 constitucionais da ampla defesa e do contraditório? É essa reflexão que eu espero. Nós esperamos uma grande
178 mudança, uma grande guinada ainda neste final do governo Zema em relação às questões de fiscalização, porque
179 do jeito que está não dá. O Pecma está aí. O Carlos Silveira falou na última reunião da URC Triângulo Mineiro,
180 gravado: a adesão está baixa do Pecma. Por todos esses motivos. Eu gastei três dias. Tem que anexar procuração,
181 tem que anexar isso, tem que anexar aquilo, tem que estar verde, tem que estar vermelho. Não são vocês, mas a
182 robustez, a forma que o sistema põe, o usuário não consegue dirigir uma Ferrari, ele dirige um Fusca, e vocês
183 estão querendo que ele dirija uma Ferrari. E aí mais uma vez nós vamos perder oportunidade de diminuir esse
184 passivo de mais de 200 mil autos de infração dentro do órgão ambiental, e esse trabalho vai continuar remoendo,
185 gastando os esforços de vocês dentro do órgão. Então essa sensibilidade que esperamos. Essa forma de
186 fiscalização com o auto de infração, a pessoa tendo que baixar via portal Ecosystemas, Cadu, Gaia, realmente fica
187 impossível a apresentação de uma defesa. É o que eu tenho para colocar hoje, e está ficando muito complicada a
188 fiscalização ambiental. E aqui vocês representam uma parte do nosso Estado, o Semiárido, uma parte que já tem
189 essa sofrência econômica, e ficamos com mais essas sofrências. Então espero que tome um novo rumo, porque
190 dessa forma não dá. Temos que parar e rever, temos que ser pés no chão. E aí eu conto com o apoio da
191 Promotoria. Porque o autuado ter que baixar e fazer um cadastro dentro de um sistema... Estou vivendo a
192 realidade. O lema da Faemg é mais interior e menos Belo Horizonte. Eu estive em São Francisco atendendo 15
193 pessoas com autos de infração que eles nem sabem que existem. Aí eu tenho que acessar o sistema para eles e
194 mostrar: ‘Olha, meu amigo, você está com uma multa de R\$ 50 mil, R\$ 100 mil’. ‘Ah, mas eu nunca recebi
195 intimação nenhuma.’ ‘Acessa o portal Ecosystemas, faz o cadastro no Cadu, acessa o Gaia.’ Isso é desumano. Auto
196 de infração por meio do Gaia, para a turma do produtor rural, vocês estão sendo desumanos. Boa tarde a todos.”
197 Conselheiro Guilherme Roedel Fernandez Silva/MPMG: “Era só a questão mesmo dessa informação até que foi
198 falada depois pela Laura, se seria só o e-mail mesmo ou se depois o próprio interessado entrava no sistema e
199 conseguiria ver o que foi deferido ou não. Mas foi esclarecido que parece que é só pelo e-mail mesmo que é feita
200 a comunicação. Eu não sei também se existe uma informação falando que o produtor acompanhe os e-mails,

enfim, fique atento à caixa etc. Mas depois esperamos que na próxima reunião se esclareça melhor isso. Obrigado.” Conselheira Hilda Andrea Loschi/Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros: “Eu represento o Sindicato, nós representamos mais de 17 mil produtores rurais na nossa extensão de base, e o que o Henrique falou é muito pertinente. Até no chat eu deixei para a Laura uma mensagem assim: ‘Laura, se não conseguir falar com o produtor, encaminhe ao Sindicato e nos acione.’ Pessoal, para todos vocês que estão nos ouvindo, o nosso produtor não tem a menor condição de viver e conviver com esse avanço tecnológico que está sendo imposto. Eu acho que precisamos refletir, precisa mudar a forma de essas informações chegarem ao nosso produtor. Não falo só a questão de multa. Nós estamos vivendo uma fase onde os produtores sequer sabem que eles têm que fazer licenciamento ambiental. É incrível para a gente que convive no sistema, que vê essa informação a todo momento, mas realmente é ‘um OVNI’ para esse produtor, principalmente esse pequeno produtor que está na propriedade rural. Prevaecem na nossa região pequenos produtores. Em torno de 70% dos nossos produtores têm menos de 50 hectares. Daí vocês fazem a inferência sobre o nível de informação, o nível cultural e o nível de acesso às tecnologias. A fala aqui é só no sentido de compartilhar essa dor, essa dificuldade que temos, reiterando o que o Henrique está falando. Eu acho que este fórum aqui é um fórum interessante para todos entrarem nessa discussão e a gente humanizar isso, humanizar esse acesso ao produtor. Porque nós estamos convivendo com produtores que estão assustados, que estão assombrados com o Estado, estão assombrados com essas fiscalizações, porque ouvem o vizinho falando, ouvem às vezes a conversa de pé de ouvido das dificuldades que estão acontecendo. Nós precisamos rever isso. Humanizar é uma palavra que eu quero deixar aqui. Vamos pensar isso com calma, vamos rever. O produtor é de bom caráter, a maioria é de boa vontade para fazer as coisas de forma correta. Não é mal intencionado, em sua maioria. Vamos tentar chegar a esse produtor de outra forma.” Laura Barbosa Leão Bonfim/URFis NM: “Eu concordo com o que foi dito, eu acho necessária essa atualização do sistema para que o autuado se sinta zelado no seu interesse. Mas isso é um fato que deve ser no âmbito sistemático da coisa. Nós estamos aqui para seguir com aquilo que foi posto para nós, mas de qualquer forma vamos levar essa demanda também para o pessoal de Belo Horizonte, para ver o que pode ser feito, o que pode ser atualizado no sistema. Mas é muito importante também deixar claro que é algo novo, então tudo que é novo tem muito a melhorar. E eu acho que já é uma grande melhoria ter conseguido implementar esse Pecma, que vai trazer muitos benefícios para os autuados. Existem, sim, problemas, mas isso é com tempo que a gente consegue resolver.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado, Laura. Mais uma vez, obrigado por estar aqui conosco, parabéns pela apresentação. A Laura colocou no final da apresentação, essa apresentação vai ficar disponível no site da URC. Aí vocês têm o contato da coordenadora Laura e poderão entrar em contato com ela.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DO RECURSO AO ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. 7.1) Geo Agropecuária Ltda. Fazenda Jatobá e Tabocas. Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes. Jequitá e Várzea da Palma/MG. Licença de Operação Corretiva. PA/SLA/Nº 854/2023. Processo Híbrido SEI/Nº 2090.01.0025503/2024-87. Classe 4. Apresentação: URA NM. Processo retirado de pauta com pedido de vista da Faemg e vista conjunta solicitada pela Zeladoria do Planeta. Justificativas. Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Embora muito bem elaborados os pareceres da URA Norte de Minas, eu gostaria de fazer uma avaliação melhor de todo esse procedimento do arquivamento.” Conselheiro Ricardo Gomes Silva/Zeladoria do Planeta: “Eu também peço vista porque quero entender um pouco melhor sobre o processo.” **8) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.**

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente suplente da URC Norte de Minas